

Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio

**Journalism and violence against women:
#MeToo's report and the political sense of breaking the silence**

**Periodismo y violencia contra las mujeres:
reportajes del #MeToo y el sentido político de romper el silencio**

Lais de Mello Rocio

Universidade Federal do Espírito Santo | laismrocio@gmail.com

Rafael da Silva Paes Henriques

Universidade Federal do Espírito Santo | rafaelpaesh@gmail.com

Resumo: Este artigo discute alguns dos entendimentos de objetividade jornalística, buscando caracterizar esse importante princípio não como a negação da subjetividade, mas como sendo o compromisso com a dimensão factual dos acontecimentos. Em um segundo momento, apresentamos aspectos da epistemologia feminista que reforçam a potência da subjetividade. Em vez de polo que pode substituir a objetividade na determinação dos acontecimentos, apropriamo-nos da perspectiva feminista para um entendimento da subjetividade, justamente como condição de possibilidade para uma correta interpretação dos fatos de interesse jornalístico. Por último, por meio da metodologia do enquadramento (ENTMAN, 1993), descrevemos os quadros reivindicados por repórteres do *New York Times* no livro-reportagem sobre os assédios do #MeToo (KANTOR; TWOHEY, 2019), com intuito de verificar se tais enquadramentos apresentam uma forma mais crítica e menos automática de entender o fenômeno da violência de gênero.

Palavras-chave: jornalismo; objetividade; feminismo; perspectiva de gênero; #MeToo.

Abstract: This article will discuss some of the understandings of journalistic objectivity, seeking to characterize this important principle not as a denial of subjectivity, but as a commitment to the factual dimension of events. In a second moment, we will present aspects of feminist epistemology that reinforce the power of subjectivity. Instead of a pole that can replace objectivity in determining events, we will appropriate the feminist perspective for an understanding of subjectivity, precisely, as a condition of possibility for a correct interpretation of facts of journalistic interest. Finally, through the framing methodology (ENTMAN, 1993), we will describe the frames claimed by reporters from the New York Times in the book-report on the harassments of #MeToo (KANTOR; TWOHEY, 2019), in order to verify if such framings present a more critical and less automatic way of understanding the phenomenon of gender violence.

Keywords: journalism; objectivity; feminism; gender perspective; #MeToo.

Resumen: Este artículo discutirá algunos de los entendimientos de la objetividad periodística, buscando caracterizar este importante principio no como una negación de la subjetividad, sino como un compromiso con la dimensión fáctica de los hechos. En un segundo momento, presentaremos aspectos de la epistemología feminista que refuerzan el poder de la subjetividad. En lugar de un punto que se pueda sustituir a la objetividad, nos apropiaremos de la perspectiva feminista para entender la subjetividad, precisamente, como condición de posibilidad para una correcta interpretación de hechos de interés periodístico. Finalmente, a través de la metodología de framing (ENTMAN, 1993), describiremos los encuadres reivindicados por reporteros del New York Times en el libro-reportaje sobre los hostigamientos del #MeToo (KANTOR; TWOHEY, 2019), con el fin de verificar si los encuadres presentan una forma más crítica y menos automática de entender el fenómeno de la violencia de género.

Palabras clave: periodismo; objetividad; feminismo; perspectiva de género; #MeToo.

Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que os produtos da mediação jornalística, entre muitos outros que circulam em nossa sociedade, constituem “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32). Entendemos o jornalismo, entre outras características importantes, como uma atividade simbólica, que realiza processos de codificação, articulação da linguagem e tradução dos “mapas conceituais compartilhados”, que, por sua vez, direcionam as formas como as culturas interpretam e dão sentido à realidade (HALL et al, 1993; HALL, 2016).

A cobertura jornalística sobre a violência contra mulheres, por exemplo, pode convocar significados fundados na cultura do patriarcado e do estupro, que naturalizam abusos, desconfiam das denunciante, minimizam a gravidade dos casos e despolitizam os corpos femininos. Mas, de modo contraditório, como toda atividade simbólica, também tem o potencial de romper com os automatismos do senso comum para se caracterizar como o que Genro Filho (1987, p. 49) chamou de “insensatez revolucionária”, que não se situa no patamar da teoria ou da ciência, mas, mesmo assim, pode ser determinante para as transformações políticas e histórico-sociais. Esses elementos “atravessam todas as dimensões da produção simbólica”, gerando essa realidade de disputas caracterizadas por: “de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e, de outro, a possibilidade da expansão da ideologia revolucionária a partir daquela”.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar os enquadramentos jornalísticos reivindicados pelo livro-reportagem *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo*, de Jodi Kantor e Megan Twohey (2019), para as reportagens do *New York Times*, produzidas pelas mesmas autoras, vencedoras do Prêmio Pulitzer, em 2018. As publicações revelaram denúncias de abusos sexuais contra mulheres e outros crimes característicos de violência de gênero, cometidos por homens públicos e poderosos do meio político, da indústria cultural e tecnológica, entre outros campos profissionais nos Estados Unidos. Em consequência dessas acusações públicas, segundo levantamento do próprio *New York Times* (CARLSEN et al, 2018), mais de 200 acusados perderam seus cargos, gerando ainda punições e condenações a alguns deles.

A repercussão dos casos não foi provocada exclusivamente pelas reportagens, mas pelo fortalecimento mútuo entre essa cobertura e a circulação de denúncias de abusos sexuais com a hashtag #MeToo, que formou uma campanha feminista global nas redes sociais. A mobilização virtual, impulsionada em 2017 por atrizes que revelaram os assédios sofridos, resgatou uma ideia originada desde 1996 pela ativista norte-americana Tarana Burke (SANTIAGO; CRISS, 2017), que fundou o movimento Me Too para acolher vítimas de violência sexual, ao romper com o isolamento e com a culpabilização, por meio de união e empatia. O fenômeno levou a quebra de silêncio sobre assédios em diferentes países e contextos, provocando, inclusive, a criação do #MeTooBrasil.

A partir de um estudo de caso, a ideia é verificar de que formas o jornalismo pode realizar uma cobertura de um tema sensível, e de elevado interesse público, buscando superar o senso comum e os modos como se costuma tratar a violência de gênero. En-

tendemos que, em vez de uma questão privada ou particular, os crimes sexuais contra mulheres possuem uma dimensão política e social incontornáveis, que só podem ser revelados quando o jornalismo busca, além da precisão do relato factual, a correta interpretação e a contextualização dos acontecimentos. Nossa premissa é que isso, de algum modo, passa pelo abandono do entendimento de objetividade como neutralidade, ou como sinônimo de pura factualidade: “deixar os fatos falarem por si só”.

Desse modo, em um primeiro momento, discutimos alguns dos entendimentos de objetividade jornalística, procurando caracterizar esse importante princípio da atividade não como a negação da subjetividade, mas como sendo o compromisso com a dimensão factual dos acontecimentos. Em um segundo momento, apresentamos aspectos da epistemologia feminista que reforçam a potência da subjetividade. Em vez de polo que pode, e que precisa, substituir a objetividade na determinação dos acontecimentos, nos apropriaremos da perspectiva feminista para um entendimento da subjetividade, justamente como condição de possibilidade para uma correta interpretação das ocorrências de interesse jornalístico. Por último, por meio da metodologia do enquadramento (ENTMAN, 1993), descrevemos os quadros reivindicados pelas autoras para as reportagens que impulsionaram o #MeToo, na tentativa de verificar se esses enquadramentos apresentam uma forma mais crítica e menos automática de entender o fenômeno da violência de gênero.

A objetividade aliada à interpretação jornalística: reformulações da oposição entre sujeito e objeto

Consideramos importante refletir e propor reformulações sobre as noções históricas da objetividade jornalística, para que esse princípio possa gerar verificação da realidade e contextualizações necessárias à discussão e ao combate da violência sexual e de gênero, englobando sua dimensão política e estrutural baseada na cultura do patriarcado.

Assim como Guerra (2008), entendemos que tal reflexão deve ser iniciada com a premissa de que a objetividade é um princípio jornalístico derivado de certa ideia de mediação, desde a qual o que importa são os acontecimentos, e não as opiniões e interpretações que os jornalistas podem realizar sobre os fatos de interesse público. No contexto histórico em que surge a demanda da objetividade, com base nos princípios iluministas, a revolução científica e industrial conduzia a uma nova era baseada na racionalidade, rompendo, inclusive, com mitos e dogmas religiosos, levando também o jornalismo a uma transição para se consolidar, no século XX, como indústria de massa, estabelecendo para si próprio o papel de discernimento da verdade. Por um lado, consideramos tal concepção da objetividade como ferramenta fundamental para consolidar e profissionalizar o jornalismo como forma legítima de conhecimento da realidade. No entanto, esse postulado também traz tradições iluministas marcadas pela dominação masculina, que historicamente prejudicam os relatos jornalísticos sobre experiências vividas por mulheres, reduzindo-as a dimensão inferior, pessoal e não tão legítima como o conhecimento racional.

Assim, apesar da relativa clareza histórica no surgimento da objetividade como valor fundamental, Sponholz (2009, p. 28-29) destaca, entre as diversas limitações a essa compreensão, a objetividade como neutralidade, que resulta em um jornalista passivo e

assujeitado, prejudicando o conhecimento que é produzido: “Neutralidade pode prejudicar o processo de conhecimento não somente por causa da renúncia à investigação jornalística, mas também porque a redução à mera tarefa de divulgação pode levar à transmissão de declarações falsas”. Nesse sentido, em nome de uma suposta neutralidade, a objetividade vem sendo tradicionalmente operada de diversas formas que dificultam seu papel de mediação qualificada e contextualização da realidade.

Na mesma direção da separação sujeito-objeto, a modernidade instaura também a dicotomia entre razão e emoção como fundamento para a busca da verdade, o que se traduz na busca pelo “relato puro” dos fatos, descartando aspectos subjetivos. Moretzsohn (2007, p. 25) problematiza e caracteriza essa confusão de papéis. Diferentemente da ciência, a atribuição específica da notícia em informar os fatos imediatos do cotidiano poderia justificar, a partir de um olhar descuidado, a função de apenas espelhar os “fatos em si”: “parece aí perfeitamente aceitável que uma atividade voltada a ‘relatar fatos’ se limite ao reino das aparências, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a alteração da ‘ordem natural das coisas’”. A autora reforça que o “mero relato de fatos”, além de ser impossível, estaria traindo a própria proposta do jornalismo, que “se justifica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer aos cidadãos”. O argumento é o de que o pensamento científico, assim como o jornalismo, envolve o dever de questionar os fatos como apresentados, por meio da verificação e da pesquisa empírica, num “movimento de negação do senso comum”. Assim, “pensar contra os fatos não é desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreendê-los em sua complexidade”.

Aqui, vamos nos filiar ao entendimento de objetividade jornalística como um problema ontológico-epistemológico. Nesse sentido, reforçamos que “discutir a noção de objetividade jornalística é investigar o modo como ontologicamente a realidade se estrutura”. Entendemos que somente quando se parte desse questionamento primordial sobre o significado de nossas experiências, conseguimos “romper definitivamente com a ideia de que o real pode ser compreendido desde a cisão sujeito e objeto como gênese de toda a realidade possível” (HENRIQUES, 2018, p. 266).

Conhecer é descrever (objetividade), mas também é interpretar os fatos (subjetividade), numa experiência de codeterminação sujeito-objeto. Entendemos que “o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção, mas sim uma reconstrução da realidade” (BENTELE, 1993 apud SPONHOLZ, 2009, p. 19). Sendo assim, o acalorado debate entre os que defendem a objetividade contra aqueles para quem “tudo é subjetivo” precisa dar lugar à superação dessa falsa dicotomia. É nesse sentido que Genro Filho (1987) argumenta que a subjetividade não pode ser vista como um empecilho para o conhecimento verdadeiro, tampouco como a impossibilidade de se conhecer a objetividade, mas sim como potencialidade humana. Ao romper com essas noções opostas, é possível identificar a necessidade da descrição objetiva que busca a verificação precisa dos fatos, associada a elementos subjetivos acionados e assumidos conscientemente pelo(a) jornalista para tornar o conhecimento fornecido mais completo, sensível e contextualizado.

Nesse ponto da argumentação, chamamos a atenção para o fato de que afirmar a potência da subjetividade não significa a negação do compromisso do jornalismo com a

verdade e com a representação precisa da realidade. Gomes (2019, p. 28) também faz o alerta de que reconhecer a dimensão subjetiva dos relatos não significa que “os fatos seriam tão somente um piquenique, em que a realidade entra com a matéria e o observador e/ou narrador com o sentido. Aliás, com qualquer sentido”. Em vez disso, é preciso estabelecer um equilíbrio entre a dimensão subjetiva e a correção factual, para que a determinação dos fenômenos não se torne passível de qualquer interpretação.

Em síntese, neste texto, a objetividade não é entendida como neutralidade, mera formalidade ou defesa de espelhamento automático da realidade, mas procedimento essencial de verificação precisa dos acontecimentos e investigação profunda de todo contexto que cerca um fato. Da mesma forma, a subjetividade é compreendida não mais como uma limitação emocional que esconderia a verdade, mas como uma dimensão interpretativa fundamental ao processo de conhecimento. No próximo tópico, procuramos mostrar como a epistemologia feminista pode reforçar esses entendimentos, na medida em que identifica a origem masculinista da ciência tradicional e do próprio jornalismo.

Feminismo: contribuições para um jornalismo que sente, interpreta e contextualiza

A desigualdade de gênero instaura e naturaliza a condição masculina como universal, absoluta, atribuindo ao homem a supremacia de representar, oficialmente, aquilo que significa ser humano. À mulher, por sua vez, é atribuído o caráter do específico, sendo um desvio à norma geral. Para Beauvoir (1970, p. 9), “há um tipo humano absoluto que é o masculino [...]”. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele, ela não é considerada um ser autônomo”. É nesse contexto que os padrões da cobertura jornalística sobre violência contra mulheres, muitas vezes, esbarram em uma visão que não reconhece o fenômeno como um problema universal, legítimo e político.

Qualquer cobertura sobre violência de gênero precisaria partir do princípio de que o masculinismo é algo que possui caráter eminentemente político, forjado na esfera pública e até mesmo no controle estatal, como aponta Saffioti (2015, p.135): “o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”. Nesse sentido, os espaços público e privado estão “profundamente ligados e parcialmente mesclados”.

Wilshire (1997) aprofunda esse entendimento ao apontar que a própria epistemologia ocidental está baseada na valorização de tudo aquilo que é conhecimento racional e legítimo, reconhecido como próprio do que é masculino, ao mesmo tempo em que se desvaloriza, posicionando como algo hierarquicamente inferior, o que está no campo da crença, do carnal, impuro e emocional – portanto, feminino. Tanto nos modelos filosóficos instaurados na antiguidade quanto na evolução do pensamento filosófico e científico a partir da modernidade, o esforço foi sempre o de consolidar a racionalidade como modelo de apreensão e construção política do mundo, deslegitimando-se o que se entende socialmente como feminino.

Na descrição das perspectivas feministas, que caracterizam os conceitos científicos como “identitários e, portanto, excludentes”, Rago (2019, p. 374) reforça a denúncia de desvalorização de tudo o que é identificado como feminino no pensamento ocidental. Com

base no “conceito universal de homem”, como contextualizamos historicamente, “as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas”, ao passo em que “os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos”.

É claro que o jornalismo, como instituição que pretende apresentar relatos fidedignos dos acontecimentos cotidianos, em seus princípios e procedimentos, também está impregnado desse modo de compreender o que é mais ou menos adequado no processo de apreensão/reconstrução da realidade. Aqui, afirmamos que o jornalismo é sim uma das atividades que produzem, repercutem e reverberam sentidos em torno do que significa ser mulher ou ser homem. Não está isento ou separado das ideologias hegemônicas da sociedade, mas constitui-se produto e, ao mesmo tempo, produtor dela mesma. Por isso, é de fundamental importância considerar que as notícias podem, muitas vezes, reproduzir a desigualdade de gênero:

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 63).

As reportagens sobre os assédios revelados no #MeToo, nos Estados Unidos (KANTOR; TWOHEY, 2019), descobriram diversas redes de proteção, ligadas a estruturas políticas, estatais e empresariais, que davam respaldo a abusos sexuais, mantendo-os velados, naturalizados ou até concebidos como um tipo de entretenimento no debate público. Enquanto a cobertura jornalística de complexos contextos como este for realizada buscando apenas espelhar os fatos conforme estão postos na realidade e no senso comum, isso pode reproduzir e naturalizar a violência masculina. Conforme problematiza Segato (2018, online), em entrevista concedida à *Revista IHU Online* e publicada no portal do Instituto Humanitas Unisinos:

O que aprendemos de feminicídios e escândalos sexuais anteriores é que mesmo que os meios de comunicação mostrem a monstruosidade do agressor, esse monstro para outros homens resulta uma figura tentadora, porque o monstro é potente [...] como deve ser o sujeito masculino formatado pelo mandato da masculinidade.

Assim, consideramos que a reformulação dessas noções no jornalismo implica uma mudança no olhar, que guia o processo da reportagem, deslocando-o da vivência masculina tida como universal e passando a abranger experiências distintas, inclusive das identidades femininas. Isto significa, fundamentalmente, assumir o olhar masculino como também específico, igualando-o a tantas outras visões particulares que compõem a vivência sociopolítica do mundo. Como demonstra Rago (2019, p. 373),

se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experi-

ência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico.

Conforme também argumenta Wilshire (1997, p. 106), a produção de conhecimento, dessa maneira, avança para além da “valorização do feminino”, mas alcança um sentido de “tornar plena a experiência humana, resgatando o valor e o conhecimento no corpo humano, na emoção e no compartilhar humanos”. Ou seja, amplia o foco para uma visão integrada do real, incluindo aspectos que eram reclusos ao feminino, “desqualificados como ‘inferiores’, ‘subjetivos’, ‘fatos privados e domésticos’”, que levam a “intensificar e enriquecer a busca por verdade e conhecimento”.

Portanto, esse posicionamento leva não apenas a uma responsabilização ou punição dos homens por seus atos agressivos, mas também representa uma luta para igualar as estruturas de poder entre homens e mulheres. Tal entendimento, possibilitado pela perspectiva de gênero, instaurada na epistemologia feminista, traduz uma forma de apreender a realidade fundamental para discutir e combater as violências masculinas contra mulheres. Como demonstra Bandeira (2019, p. 298), a atuação do movimento feminista foi fundamental para retirar o combate à violência de gênero “da esfera da vida privada e familiar, legitimando como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres”, ao passo em que também “voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica”.

Essa percepção leva a enxergar a violência sexual contra mulheres como uma perpetuação do “direito político e sexual” dos homens sobre as mulheres, operado por meio do “acesso sistemático” deles aos corpos femininos (PATEMAN, 1993, p. 16-17). Ainda que as mulheres vítimas desses casos já estejam inseridas em um contexto atual de empoderamento feminino, ocupando protagonismo na industrial cultural e no meio profissional, a permanência dos padrões de assédios demonstra que a condição vulnerável dos seus corpos, dos seus desejos e de sua vida íntima continua resguardada por estruturas de poder ainda mais densas, sobrepostas aos micropoderes que essas mulheres têm conquistado na vida cotidiana.

Assim, torna-se possível estabelecer parâmetros de enquadramento jornalístico que rompem com a dualidade e a hierarquia simbólica entre masculino e feminino, de forma a pautar o cotidiano das mulheres – e sua dimensão até então reclusa na vida privada – com o sentido político transformador. É o que acreditamos ocorrer com a significação da quebra de silêncio, na investigação contextualizada sobre os assédios sexuais, conforme identificaremos na análise empírica a seguir, que oferecerá indícios de como o pensamento feminista pode operar ao direcionar o jornalismo para o aprofundamento e a politização da experiência de mulheres diante da violência de gênero. Entendemos que isso consiste, necessariamente, num olhar contextual, deslocando o problema da violência masculina contra mulheres de quaisquer outras razões pontuais e situando-o como um problema político, associado à construção cultural e simbólica.

Análise do livro-reportagem sobre o #MeToo: a prática do jornalismo com perspectiva de gênero

A partir da discussão exposta, ingressamos na análise de enquadramento jornalístico do livro-reportagem *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo* (KANTOR; TWOHEY, 2019). Para além de fornecer relatos dos bastidores da investigação publicada pelas autoras no *New York Times*, em 2017, que revelou de forma inédita os abusos sexuais e os acordos de silêncio de vítimas em Hollywood, o livro fornece uma contextualização própria e exclusiva sobre essa realidade, revelando a estrutura de poder e submissão feminina por trás dos abusos sexuais cometidos por homens famosos, como o produtor cinematográfico Harvey Weinstein e o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Um dos principais indicativos da profundidade contextual da investigação foi a descoberta de uma “indústria dos acordos de silêncio”, operada para indenizar e silenciar as vítimas, ocasionando a naturalização e a impunidade dos crimes sexuais, como trataremos adiante. Aí é possível encontrar parâmetros de uma verificação precisa e contextualizada – que permitiu levantar diversos acordos de indenização e revelar um padrão –, aliada à perspectiva feminista e à apuração de questões simbólicas e subjetivas, que levou a questionar a prática como uma arma de silenciamento que perpetua a violência de gênero:

Tratava-se de uma prática-padrão para lidar com o abuso sexual. [...] As mulheres tinham bons motivos para assinar os acordos, enfatizaram os advogados. Elas precisavam do dinheiro, queriam privacidade, não viam nenhuma opção melhor ou apenas queriam deixar aquilo para trás. Podiam evitar o estigma de dedo-duro, mentirosa, mulher fácil ou pessoa que vivia processando todo mundo. Aquela era uma forma de receber uma indenização e tocar a vida. A alternativa – levar aquele tipo de processo para um tribunal – era dolorosa. As leis federais de combate ao assédio sexual eram fracas, deixando de fora muitas pessoas – freelancers e quem trabalhava em empresas com menos de quinze funcionários, por exemplo (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 75-76).

Ao focar na experiência das mulheres diante de padrões abusivos, o livro também é marcado por enquadrar os efeitos políticos da quebra do silêncio das vítimas, à medida que são incentivadas a revelar os assédios, muitas vezes de forma inédita, nas denúncias feitas ao *NYT* e por meio do #MeToo, impulsionando a punição de diversos acusados como Weinstein, condenado a 23 anos de prisão. Conforme trataremos nesta análise, a exposição pública aparece como uma das principais soluções para uma mudança estrutural da cultura do estupro. Embora isso ainda envolva diversos desafios para as vítimas, como os descritos pelo livro, um de seus efeitos transformadores se dá ao quebrar o isolamento, ao unir e libertar mulheres para que suas experiências sejam inseridas e legitimadas no debate público.

Ela disse traz o relato de dois anos espantosos na vida das mulheres dos Estados Unidos e de outras partes do mundo. Essa história pertence a todas

nós que a vivemos: ao contrário de algumas investigações jornalísticas que lidam com segredos governamentais ou corporativos, aqui falamos de experiências que muitas de nós reconhecemos de nossa própria vida, do ambiente de trabalho, da família e da escola (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 9).

Percebemos, nesse ponto, o alinhamento do jornalismo às lutas feministas, propondo a inversão de uma ordem patriarcal que mantém a violência masculina justamente por meio do silêncio, ao enclausurar a experiência feminina no espaço privado e pessoal, considerada, portanto, como questionável.

A seleção do material de análise é motivada pela maneira como as apurações e os enquadramentos jornalísticos empenhados no livro de Kantor e Twohey (2019) podem responder à pergunta deste estudo, que questiona como o jornalismo pode interpretar a realidade a partir da perspectiva feminista. O livro resgata, aprofunda e amplia as histórias apuradas ao longo de três anos, desde as revelações publicadas em 2017, investigando os comportamentos masculinos abusivos da indústria cultural e do poder público dos Estados Unidos, bem como desvelando os sistemas que mantêm os crimes impunes e as mulheres submetidas a esse padrão.

Guiada pela metodologia do enquadramento jornalístico, a análise ressalta a maneira como as notícias promovem, num contexto de violência sexual contra as mulheres, a “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa), sendo tais aspectos utilizados como categorias de análise para a codificação e interpretação dos relatos. Na análise, realizamos a codificação de relatos do livro em tabelas separadas para cada uma das categorias, registrando os trechos que identificamos, respectivamente, nas tabelas indicadas para *definições do problema*; *interpretações de causas*; e *avaliações morais e recomendações de tratamento*.

Após a primeira categorização dos trechos, classificamos cada um deles conforme subcategorias temáticas, elencados ao listar os principais temas e assuntos que enquadram as informações do livro, sendo eles: *dominação e impunidade masculina*; *submissão e objetificação feminina*; *silenciamento feminino* (especificamente ligado às práticas de calar mulheres, deslegitimar suas denúncias e debates); *estruturas de poder masculino*; e *quebra do silêncio feminino*. Esse enquadramento temático nos forneceu, como ponto de partida, indícios de que a reportagem é guiada principalmente por aspectos da perspectiva feminista, uma vez que os principais assuntos abordados na cobertura se originam de visões mais amplas sobre a violência de gênero e suas raízes estruturais.

Portanto, todo o processo de categorização possibilitou entender, em primeira instância, a frequência e a saliência com que os tipos de quadros apareciam e quais deles eram mais acionados. Permitiu, por exemplo, discutir se o trabalho jornalístico está mais preocupado em definir o problema, interpretar causas ou julgar culpados (avaliação moral). Em segunda instância, diagnosticamos a frequência com que as subcategorias e os assuntos principais apareciam, permitindo averiguar tendências narrativas que marcam o livro e entender sob quais pontos de vista seus relatos se desenvolveram. Com esse detalhamento, foi possível apontar perspectivas predominantes no livro e identificar nos en-

quadramentos a “construção das narrativas explicativas do mundo da vida” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 5). A seguir, iremos detalhar os resultados alcançados dentro de cada uma das categorias de análise.

1) Definição do problema

A definição do problema aparece no livro como uma das formas mais frequentes de enquadrar os relatos, ganhando predominância à medida que as repórteres revelam a série de assédios sexuais enquanto problema estrutural da indústria cultural de Hollywood, baseada em ideais de beleza e comportamento feminino ditados pelos homens. Assim, a temática predominante nos trechos enquadrados como definições do problema é a dominação e a impunidade masculinas, sendo que a maioria dos relatos demonstram como isso incentiva abusos sem fiscalização. Essa perspectiva é marcada em trechos como este: “assediadores costumazes atingiam níveis cada vez mais altos de sucesso e louvor. Eles eram aceitos e até exaltados como meninos travessos. Era raro haver consequências sérias” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 4). Esse *status* é demarcado como forma de caracterizar o problema a partir dos poderes e privilégios masculinos nesse cenário: “Weinstein personificava a maneira como homens poderosos abusavam de seu *status* para dominar mulheres. [...] ou se submetiam a suas exigências sexuais ou se arriscavam a sofrer as repercussões. Aquilo era assédio sexual, encaixando-se na definição legal ou não” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 61-62).

Percebemos que esse enquadramento demonstra possibilidades significativas para discutir todo o sistema simbólico e as práticas que perpetuam os crimes sexuais de gênero, demonstrando o quanto são naturalizados e não cometidos apenas de forma extraordinária. No entanto, ressaltamos que esse enfoque voltado para homens famosos, em posições sociais que permitem seus atos mais agressivos, pode levar a um risco de espetacularizar a violência e descrevê-la apenas como um escândalo do mundo das celebridades. Isso poderia tirar de vista o fato de que se trata também de um problema recorrente da vida real, do espaço doméstico e íntimo de vidas anônimas.

Outra temática abordada predominantemente na definição do problema é a submissão feminina, uma vez que a reportagem identifica a maneira como as mulheres são consideradas como objetos sexuais e têm suas vozes deslegitimadas, especialmente quando tentam confrontar atos violentos de homens. Os trechos que discutem isso demonstram como a objetificação é frequente na indústria de Hollywood e em diversas áreas profissionais, contrariando a atual valorização do empoderamento feminino e da ampliação da participação de mulheres no mercado de trabalho. Tal discussão aparece desde os trechos que abrem o livro. As jornalistas iniciam o prefácio indicando que, em 2017, ano de início das apurações, “as mulheres tinham mais poder do que nunca”, “governavam países”, “lideravam empresas” e já era possível alcançar salários superiores aos de suas ancestrais. “Mas as mulheres continuavam a sofrer assédio sexual sem que ninguém fosse punido” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 4). Com isso, a reportagem demonstra partir da premissa feminista de que essas condições e inclusões não são suficientes sem que mudem os padrões de controle masculino sobre os corpos femininos.

Cientistas, garçonetes, animadoras de torcida, executivas e operárias tinham de sorrir diante de apalpadinhas, olhares maliciosos e investidas indesejadas para receber a próxima gorjeta, o próximo salário ou o próximo aumento. O assédio sexual, mesmo que coibido pela lei, era rotina em alguns empregos. As mulheres que o denunciavam eram frequentemente ignoradas ou menosprezadas. As vítimas muitas vezes eram escondidas e afastadas umas das outras (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 4).

Assim, o jornalismo se alia ao feminismo, ao questionar tais práticas, desde as mais sutis, que objetificam mulheres. Isso se consolida no objetivo da reportagem, que é denunciar essas formas de violência de gênero: “Independentemente do resultado desses casos, esperamos que este livro sirva como uma denúncia duradoura do legado de Weinstein: *a exploração do ambiente de trabalho para manipular, pressionar e aterrorizar mulheres*” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 8, grifo nosso). As repórteres se dedicam, então, a investigar e a comprovar – com checagens jornalísticas, declarações e por meio de documentos – como ocorrem tais práticas naturalizadas. A partir daí, o enquadramento também destaca a experiência feminina, ao retratar como as mulheres se sentem, se projetam e se comportam diante das relações de poder que as fazem inferiores.

Isso confere protagonismo às principais personagens e fontes do livro: atrizes e funcionárias afetadas pelos impactos do machismo. As repórteres descrevem trajetórias de atrizes como Gwyneth Paltrow e Ashley Judd. Tais trechos demonstram, por exemplo, como Paltrow enxergava confiança numa relação quase paternal em Weinstein como mentor de sua carreira, o que gerou impotência e silenciamento dela diante dos assédios. Ao retratar a história de Judd, o livro aborda traumas de infância, decorrentes dos assédios sofridos, e os impactos psicológicos dos abusos de Weinstein, além de sua trajetória como ativista e acadêmica feminista, na tentativa de mudar a realidade. Isso também se reflete no depoimento sobre a condição feminina em Hollywood concedido pela atriz Marissa Tomei, que “precisara lidar com uma desigualdade salarial aparentemente sem solução, e diversas vezes se vira reduzida a um acessório, em cenas que giravam em torno de personagens masculinos” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 42-43). O mesmo quadro retrata casos de mulheres anônimas, como Rowena Chiu, assistente e aspirante a produtora, cuja carreira nos Estados Unidos foi desafiada e interrompida drasticamente, após ser assediada por Weinstein. O livro revela a exclusão profissional e os impactos psicológicos, incluindo depressões e tentativas de suicídio, que várias vítimas sofreram diante dos abusos.

A definição do problema também revela com frequência o silenciamento feminino, conduzindo a reportagem a buscar as origens e os efeitos disso. O silêncio é apontado como instrumento para coibir fiscalizações, denúncias e punições. À medida que a reportagem descobre os meios de ocultação dos crimes, a indústria dos acordos de silêncio é indicada como uma das principais causas do problema, sobre as quais discutiremos adiante.

2) Interpretação das causas

Nesta função de enquadramento, identificado pela seleção e pela interpretação das razões que geram o problema, o livro demonstra como principais causas as estruturas de

poder que incentivam a agressividade masculina e a impunidade. Dessa forma, as repórteres afirmam que a maioria das apurações apresentadas “ajuda a ilustrar como o sistema jurídico e a cultura corporativa *serviram para silenciar vítimas e ainda inibem as mudanças*” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7, grifo nosso). Esse quadro leva a identificar como principal meio de proteção masculina a indústria de indenizações das vítimas com acordos de silêncio, impedindo-as de denunciar, apontar culpados e falar publicamente sobre os crimes. A reportagem demonstra que isso ocorre como estratégia dos abusadores e de seus advogados, para que os crimes se mantenham sob sigilo, sem ameaçarem seus autores.

Nessa perspectiva, percebemos a possibilidade de diferentes interpretações jornalísticas que poderiam incidir sobre o mesmo contexto. Sem esse enfoque na experiência das vítimas silenciadas, outros quadros poderiam denotar os acordos como algo positivo e vantajoso para as mulheres, em uma abordagem equivocada que demonstrou ser recorrente por outros jornais, debates e figuras públicas, que por vezes se assumiram até mesmo como feministas.

Tal direcionamento leva à contextualização como principal forma de identificar causas, padrões e tendências abusivas dos homens, possibilitando o assédio sexual de forma mais efetiva e profunda. Assim como foi percebido pela equipe do *NYT*, num momento em que o machismo já era discutido publicamente, os relatos se perdiam em informações pontuais e efêmeras, com poucas mudanças estruturais, deixando a lacuna de uma abordagem mais contextual:

As mulheres pareciam estar cada vez mais exaustas [...]. Convencê-las a aceitar ser citadas em questões do tipo [relatos constrangedores de assédios] nunca era tarefa simples. [...] Quase nenhuma vítima se expunha se estivesse completamente sozinha. Mas *se padrões de comportamento pudessem ser revelados*, talvez houvesse uma maneira de contar mais histórias daquele tipo (KANTOR; TWOHEY, p. 36-37, grifo nosso).

Diante dos abusos ocultados no interior das grandes empresas norte-americanas, as repórteres apontaram a reportagem para um problema político ainda mais profundo. Assim, identificaram que “gênero não era apenas uma pauta, mas uma espécie de porta de entrada investigativa. Como as mulheres ainda estavam à margem em muitas companhias, *documentar o que elas vivenciavam mostrava como o poder funcionava*” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 15-16, grifo nosso). A pauta de Kantor e Twohey (2019, p. 37) teve como ponto de partida a tarefa de “ir além dos infratores individuais e definir os elementos e o sistema que faziam com que o assédio sexual continuasse a ser tão generalizado e difícil de abordar”. A frequência do termo “comportamento” foi de 68 registros em todo livro.

Sendo assim, o contexto é acionado principalmente das seguintes formas: a sistematização de um grande volume de provas documentais; a contextualização de acusações que totalizaram doze vítimas denunciando assédios na reportagem, o que encorajou mais mulheres a denunciarem; e o resgate histórico de tradições e práticas abusivas contra mulheres, no dia a dia das empresas e das produções cinematográficas, desde os anos 1970. Isso revelou um padrão de comportamento masculino que ainda se mantinha, mesmo que mulheres já ocupassem cargos de chefia e posições de protagonismo.

3) Avaliação moral do problema e recomendações de tratamento

Por último, identificamos trechos contendo avaliação ou julgamento moral do problema e soluções ou recomendações de tratamento. Ambos os aspectos demonstram um diferencial das repórteres em julgar o caso de forma mais propositiva, distanciando-se do ideal de imparcialidade convencional, segundo o qual jornalistas não poderiam explicitar que sempre realizam uma operação de tradução e de codificação dos fatos, em vez de simplesmente descrevê-los “automaticamente”, como se fosse possível deixar que eles “falem por si só”. Kantor e Twohey (2019) assumem o posicionamento que desempenham, inevitavelmente, ao selecionar e interpretar os fatos de interesse jornalístico.

Na avaliação moral, percebemos a explícita culpabilização tanto do sistema de poder masculino – neste caso, de Hollywood – quanto dos próprios abusadores, com a personificação da violência masculina atribuída aos homens. Partindo da problematização dos padrões culturais, em alguns momentos a reportagem atribui a culpa especificamente aos acusados, mas mantém a responsabilização dos homens a partir do contexto que favorece seus atos abusivos. A culpabilização dos abusadores ocorre com frequência, principalmente atribuída a Harvey Weinstein, que foi o principal acusado pela reportagem. Essa avaliação moral aparece como uma conclusão, à medida que as repórteres caracterizam e detalham assédios, atos agressivos e investidas sexuais de forma crua a partir dos relatos de diversas vítimas, acompanhados de julgamentos do comportamento de Weinstein como “perturbador” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 49) e “abusivo” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 117). No terceiro capítulo, após a narração dos casos, ao diagnosticarem um padrão de comportamento, Kantor e Twohey (2019, p. 103) caracterizam como “aterrorizante” a “maneira assombrosa” como os abusos se repetiam, destacando a frequência dos casos de jovens atrizes e funcionárias, consideradas “tão jovens, tão mais fracas que ele”, que buscavam sucesso profissional e tinham seus sonhos frustrados após serem violentadas pelo produtor.

Esse quadro também ganha enfoque explícito ao avaliar o comportamento abusivo de Weinstein não só para as vítimas, mas também para sua empresa, para diversos funcionários e para familiares do acusado. Tais personagens são julgados, por um lado, como reféns de Weinstein, levados a acobertar os abusos para manter o *status* profissional, mas, por outro lado, como culpados pelo silenciamento. Assim, a culpa também é atribuída à falta de denúncias e de mobilizações desses envolvidos, levando a indicar: “Muitas pessoas que vislumbram o problema – como Bob Weinstein, irmão e sócio de Harvey, que deu longas entrevistas para este livro – *fazem pouco para tentar impedir que ele continue ocorrendo*” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7, grifo nosso). Esse enquadramento ainda reflete certo esforço das repórteres em contestar outros julgamentos, que tradicionalmente culpam as vítimas de assédio, o que se percebe em trechos que, por exemplo, reproduzem a queixa de uma atriz de que “todos os estúdios culpam as vítimas” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 19) ou reafirmam o argumento de um ex-funcionário de Weinstein, de que “as vítimas acabam sendo consideradas culpadas” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 157).

No enfoque das recomendações de tratamento, a questão do silêncio – no caso, a quebra dele – volta a surgir com predominância. Se a definição do problema e das causas girava em torno dos acordos que silenciavam as vítimas, é justamente a ruptura desse

silêncio que representa, no livro, a virada de chave dessa realidade. A quebra do silêncio é proposta constantemente como um ato potente e transformador, refletindo a função de significação e mobilização social do jornalismo (FRANCISCATO, 2014; HALL, 2016). O compromisso jornalístico com a ampliação de debates sociais se traduz na proposta de, ao incentivar denúncias de assédios, evidenciar debates feministas preexistentes, como demonstram as autoras no prefácio:

Milhões de mulheres no mundo todo contaram suas próprias histórias de assédio. Muitos homens de repente tiveram de arcar com as consequências de seu comportamento predatório, em um momento de prestação de contas sem precedentes. O jornalismo havia ajudado a inspirar uma mudança de paradigmas. Nosso trabalho foi apenas *um dos catalisadores dessa mudança, que vinha sendo construída havia anos graças aos esforços pioneiros de feministas e acadêmicas*, como Anita Hill e Tarana Burke (a ativista que fundou o #MeToo) e muitas outras, incluindo colegas jornalistas (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 5, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que esse tratamento do caso representa simbolicamente a libertação das mulheres, a ruína dos agressores e as motivações da reportagem, as repórteres também indicaram os dilemas e as consequências da quebra de silêncio, que ainda ameaçam as possíveis vítimas. Isso reflete contradições e desafios desse movimento diante da permanência estrutural da dominação masculina (SAFFIOTI, 2015), como descrevem:

As atitudes sociais estavam mudando e quase todos os dias saíam manchetes dramáticas com novas acusações, mas, em larga medida, os princípios básicos permaneciam os mesmos. As leis de assédio sexual em geral estavam ultrapassadas e eram aplicadas apenas esporadicamente; à exceção de algumas revisões em alguns estados, não parecia provável que mudassem tão cedo (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 250-251).

Apesar desses entraves, as soluções mais defendidas pelas autoras são a ampliação das denúncias e o fortalecimento do debate público contra o assédio. Nesse sentido, elas defendem o próprio jornalismo como agente dessa solução. Isso representa, no livro, uma forma de gerar transparência sobre atos e práticas abusivos, que eram ocultados no interior das empresas, e por isso se mantinham impunes. Por isso, as revelações podem gerar fiscalização pública do comportamento dos homens no poder, bem como respaldar o “direito de as mulheres denunciarem homens poderosos” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 33), sem que sejam ameaçadas ou deslegitimadas.

O livro indica que isso levaria à efetiva punição dos acusados, processo considerado como “uma inversão momentânea da física do poder” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 36), como caracterizaram o afastamento de cargos do apresentador da *Fox News*, Bill O’Reilly, e do empresário Roger Ailes, após acusações de abusos sexuais pelo *NYT*. Percebemos um sentido político e simbólico mais amplo nesse enquadramento, ao defender,

como demanda o feminismo, uma mudança estrutural do poder masculino, indo além do questionamento pontual e criminal dos atos.

Por fim, as recomendações também indicam como solução marcante o empoderamento feminino e o fortalecimento de pautas feministas em busca da igualdade de gênero. Isso surge à medida que o livro reivindica a união e o fortalecimento das mulheres, para que se sintam mais seguras para denunciar os assédios, rompendo com o isolamento das vítimas. A perspectiva feminista se traduz, por exemplo, na escolha das repórteres em se referir mais ao termo “assédios”, mencionado 99 vezes, do que ao termo “crimes”, mencionado apenas 19 vezes, atribuindo um sentido mais estrutural ligado à cultura do estupro e à violência de gênero.

Reafirmando tratamento feminista, o empoderamento feminino é aprofundado e defendido principalmente no último capítulo, que retrata um encontro organizado com todas as mulheres que denunciaram os assédios. Nesse momento, Kantor e Twohey (2019, p. 336) destacam os impactos da quebra de silêncio na vida de cada uma das vítimas, em relatos como: “pude redefinir a situação e perceber que realmente não foi nada que eu tenha feito de errado”. Assim como relatou a funcionária do McDonald’s assediada no trabalho, sobre o momento em que denunciou a empresa publicamente num órgão governamental: “nunca me senti tão poderosa na vida” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 338).

Nesse sentido, as repórteres ressaltaram diversos protestos feministas contra o assédio dos quais as vítimas fizeram parte, abrindo caminho para que mais mulheres denunciassem ou pudessem se prevenir, com criações de novos protocolos de regulação dos abusos nas empresas. Dessa forma, essa função de enquadramento demonstrou a conclusão de que “as histórias delas abarcavam uma espécie de inversão poética. Tinham sofrido assédio, mas ganhado um novo poder e respeito ao lutar contra a situação” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 338), refletindo uma recomendação de tratamento voltada para a politização da sociedade contra a violência de gênero.

Conclusões: a narrativa da quebra do silêncio e a contextualização

A história de *Ela disse* se abre com os desafios das jornalistas diante do silêncio das vítimas, enfrentando descréditos, faltas de provas e ameaças dos acusados. No decorrer da reportagem, as mulheres silenciadas falaram. E ao falarem, se transformaram e mudaram realidades. O silêncio marca, então, a principal narrativa que conduz a história: ele começa sendo o obstáculo das vítimas, a arma dos abusadores, a porta fechada para o jornalismo; e termina sendo o oposto: a fala e o dizer – simbolicamente marcados no título *She Said* (no original) – como determinante para o enfrentamento à violência masculina.

Com foco na produção simbólica, que contorna o sentido do silêncio, percebemos que isso configura um enquadramento e uma narrativa própria, diferente de perspectivas comuns na imprensa tradicional, que tematizam as reportagens com o caráter espetacularizado, criminal e brutal dos abusadores (SEGATO, 2018). Para além da indústria do silêncio ser apresentada como principal arma de proteção e incentivo aos crimes desses homens, percebemos um enfoque específico do *NYT* em enquadrar o silêncio e a ruptura dele com viés feminista, que no caso é convocado no questionamento da cultura patriarcal por trás dos assédios e das formas de acobertá-los.

No livro analisado, percebemos que a apuração aciona a junção de aspectos objetivos e subjetivos que levam à contextualização jornalística, conforme fundamentamos na revisão teórica. A verificação é apresentada como determinante para o impacto da reportagem, justificado pelo fato de “estabelecer um claro e gigantesco conjunto de provas das infrações”, comprovando “a existência de um padrão de comportamento com base em relatos pessoais, documentos financeiros e legais, memorandos da empresa e outros materiais reveladores” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 7). Tais estratégias jornalísticas demonstram, além de um enquadramento específico sobre os fatos (ENTMAN, 1993), uma forma de representação simbólica da realidade.

Destacamos, ainda, a questão da subjetividade – neste caso, associada à vivência feminina diante da dominação masculina – como fundamental na apuração. Ao longo da reportagem do livro, os aspectos subjetivos se configuram como condições para atingir a objetividade (GENRO FILHO, 1987), tornando-se determinantes para discernir o padrão de abusos sexuais. Isso se dá na investigação e na narração de anseios, emoções, inseguranças e diversas questões psicológicas e simbólicas, que afetam os homens e as mulheres nessas relações de poder marcadas pela desigualdade de gênero: “A quantidade de histórias e o sofrimento contido nelas mostravam o tamanho do problema e como tais ocorrências tinham prejudicado inúmeras vidas e tolhido o avanço profissional” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 244). Dessa forma, tais pontos sensíveis da experiência humana se fazem ainda mais necessários ao tratar da violência de gênero, que costuma surgir causas e efeitos simbólicos invisíveis tão importantes quanto os fatos materiais em si.

A exemplo da violência íntima e sexual contra mulheres, percebemos que nem sempre a realidade está posta, nítida, conectada e materializada, especialmente em uma sociedade patriarcal que mantém essas práticas ocultas. Assim, esta análise demonstra a necessidade fundamental de “pensar contra os fatos” (MORETZSOHN, 2007) para elucidar e questionar a violência contra mulheres. Isso significa, portanto, ultrapassar a visão ingênua de objetividade jornalística para alcançar um senso crítico, questionando o que estava por trás dos rumores que naturalizavam os “testes do sofá” e a fama dos homens “mulherengos” de Hollywood.

Para tal, era preciso apreender os elementos subjetivos junto à verificação jornalística, para romper com as barreiras do silêncio e da culpabilização, que impediam essas mulheres de denunciar e relatar o que vivenciaram. E foi preciso, fundamentalmente, costurar os rastros da violência de gênero, suas origens e seus efeitos sociais, para fornecer um relato aprofundado, com credibilidade jornalística e o peso necessário para influenciar autoridades públicas a investigarem e punirem os envolvidos.

Concluímos que se torna fundamental aliar a perspectiva de gênero e o pensamento feminista à construção contextual da reportagem. Sendo especialmente o ponto de vista feminista que proporciona o olhar para cada um dos casos de assédios e de abusos como parte de uma estrutura que rege as sociedades, no sentido de inferiorizar a experiência feminina, com efeitos drásticos e letais que arriscam a liberdade, os direitos do próprio corpo, das escolhas e da própria vida dessas mulheres. É, portanto, esse olhar para a condição feminina que conecta o jornalismo com sua própria função social, potencializando seu papel de produção simbólica e significação do comum, no sentido de gerar

mobilizações políticas para a reeducação da sociedade e o enfrentamento dessas violências contra mulheres.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARLSEN, Audrey et al. #MeToo Brought Down 201 Powerful Men. Nearly Half of Their Replacements Are Women. *The New York Times*, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2018/10/23/us/metoo-replacements.html?mtrref=www.google.com&gwh=C1D583034462ECE56408273859F00686&gwt=regi&assetType=REGIWALL>>. Acesso em: 20 maio 2021.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.

FREIRE, Mariana. Campanha #MeTooBrasil busca dar visibilidade aos relatos de violência sexual. *Folha de S.Paulo*, 2 set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/campanha-metoo-brasil-busca-dar-visibilidade-a-relatos-de-violencia-sexual.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Helder; ARAÚJO, Bruno. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. *Anais...* Rio de Janeiro: Compólitica, 2017.

GUERRA, Josenildo. *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristóvão, Aracaju: UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

_____. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

HENRIQUES, Rafael Paes. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. *Griot – Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 256-268, jun. 2018.

KANTOR, Jodi; TWOHEY, Megan. *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 370-387.

SEGATO, Rita. “O problema da violência sexual é político, não moral”: entrevista com Rita Segato. *Revista IHU On-line*, 18 dez. 2018. Entrevista concedida a Marina Carbajal. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato>. Acesso em: 20 maio 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTIAGO, Cassandra; CRISS, Doug. An activist, a little girl and the heartbreaking origin of ‘Me Too’. *CNN*, 17 out. 2017. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/10/17/us/me-too-tarana-burke-origin-trnd/index.html>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: para além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na reimaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, Rosas dos Tempos, 1997. p. 101-125.

Lais de Mello Rocio

Mestranda em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com pesquisa voltada para jornalismo literário, representação feminina e violência de gênero em contextos históricos. Formada em Jornalismo pela UFES, atua como jornalista e assessora de imprensa e de comunicação em diferentes áreas, como política, cultura e direitos humanos.

Rafael da Silva Paes Henriques

Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, e em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal) e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES.